

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.165 - DF (2019/0060401-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : JOYCE BARROS DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : MARCIO LIMA DA SILVA - DF030936
JAILTON CONCEIÇÃO FERREIRA - DF031545
AGRAVADO : BRB BANCO DE BRASILIA SA
ADVOGADO : RICARDO VICTOR FERREIRA BASTOS - DF034768
AGRAVADO : LUCIANO MENEZES DE ABREU
AGRAVADO : DILMA BATISTA CARNEIRO DE ABREU
ADVOGADO : FERNANDO BIAGI DA SILVA - DF035536

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de pedido de retirada do presente processo da pauta virtual tendo em vista, principalmente, a possibilidade de sustentação oral.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, destaca-se que a oposição ao julgamento virtual está prevista no art. 184-D, inciso II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos:

***Art. 184-D.** O relator no julgamento virtual incluirá os dados do processo na plataforma eletrônica do STJ com a indicação do Órgão Julgador, acompanhados do relatório e do voto do processo.*

***Parágrafo único.** A pauta será publicada no Diário da Justiça eletrônico cinco dias úteis antes do início da sessão de julgamento virtual, prazo no qual:*

I - é facultado aos integrantes do Órgão Julgador expressar a não concordância com o julgamento virtual;

*II - as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, **de forma fundamentada**, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159.*

No caso concreto, embora a própria parte reconheça que não há sustentação oral na espécie, não vejo relevância da questão recursal vinculada no agravo

Superior Tribunal de Justiça

interno, de modo a provocar a retirar da pauta virtual.

Importante considerar, ainda, que o presente procedimento vem em benefício das partes, pois o processo, em sua integralidade, assim como o voto do relator, remanescem sob o exame dos demais componentes do órgão colegiado por um lapso de 7 dias, período muito superior àquele dos julgamentos presenciais.

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator